

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUÍZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

- Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.
Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)
Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto
Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)
Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior
Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)
Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo
Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)
Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;
Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).
Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.
Secretário — Francisco Accioly Neto.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;
Vice-Presidente — Arizone Araújo
João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).
Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.
Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)
Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.
Secretário — Lélcio Guimarães Sotelo Maior.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).
Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.
Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)
Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N. 388-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3.231-71, de 10 de maio de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Izidiro Ceccon, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 10 de maio de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de setembro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 389-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.690-72, de 28 de agosto de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

Designar, nos termos do Art. 338, parágrafo único, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, os Assistentes Técnicos Rui Ferraz de Carvalho, Vidal Vanhoni e Dario Fortunato Darif, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão Revisora, dos atos indicados no processo protocolado sob n.º 6.690-72, de 28 de agosto de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de setembro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 137.ª Sessão (Extraordinária) realizada em 14 de setembro de 1.972.

(Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos srs. Deputados Borsari Neto e Quielse Crisóstomo.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes; Antonio Costa; Ivo Tomazoni; Quielse Crisóstomo; Domicio Scaramella; Aginaldo Pereira Lima; Alvaro Dias; Antonio Belinati; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Arizone Araujo; Armando Queiroz; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Cândido Martins de Oliveira; David Federmann; Erondy Silvério; Francisco Escorsin; Fuad Nacli; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; Igo Losso; João Fadell; João Mansur; Jorge Sato; Leopoldo Jacomet; Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk; Maurício Fruet; Muggiati Filho; Nivaldo Kruger; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Pinto Dias; Sebastião Rodrigues Junior; Santos Lima; Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (41); achando-se ausentes os srs. Deputados: Nelson Buffara, Arthur de Souza, Emilio Carazzai, Fabiano Braga Cortes, Lázaro Dumont, e Rosário Pitelli. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n. 62-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 231-69, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, cria um Ginásio Estadual, na localidade denominada Monte Real, Município de Santo Antonio da Platina. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, sexta-feira dia 15 às 9,30, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n. 63-72.

Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 138.ª Sessão Ordinária

Realizada em 14 de Setembro de 1972 - (5.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Arizone Araujo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antonio Belinati, Antonio Lopes Júnior, Antonio Maciel, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Kruger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Junior, Santos Lima, Wilson Brandão, Arizone Araujo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nelson Buffara, Arthur de Souza, Emilio Carazzai, Fabiano Braga Cortes, Lázaro Dumont e Rosário Pitelli (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa da publicação da Redação Final ao Projeto de Resolução n.º 25-72.

— De autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, solicitando seja concedido Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 144-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o adiamento por 2 sessões do Projeto de Lei n.º 127-72.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1972.

(a) João Mansur

Requerimento

Senhor Presidente:

Transcorre amanhã, dia 15 de setembro de 1972, o 149.º aniversário da fundação da cidade de Ponta Grossa.

As comemorações deste acontecimento tão grato para todos os paranaenses se revestirão de grande brilhantismo.

Requero, na forma regimental, que esta Presidência designe uma Comissão de Deputados para representar esta Assembléia, nas referidas comemorações.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1972.

(a) David Federmann

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão desta data um voto de aplausos à ação meritória que marca a presença dos ilustres e prestigiados titulares da Secretaria de Segurança Pública e Polícia Civil do Estado, respectivamente general Mário Carneiro Portes e Dr. Antonio Lopes Noronha, e a quem deve nossos comensais interioranos a solução de um crônico problema, qual o do desolador desaparecimento das suas Delegacias Policiais com os naturais e consequentes malefícios dele decorrentes.

Mercê as atividades profícuas e bem dirigidas das duas aludidas autoridades podem elas, a esta altura dos acontecimentos, receber com entusiasmo de suas autoridades e populações, considerável reforço pessoal, técnico e de viaturas, destarte habilitadas ao mais fiel e eficiente cumprimento de suas altas finalidades de guardião da paz social de nossos Municípios, em verdade tão merecedores da simpatia, oportuna e elogiável providência.

Pede o signatário, pois, ao ensejo, seja comunicado ao Exmo. Srs. General Mário Carneiro Portes e Dr. Antonio Lopes Noronha sobre a decisão da Casa e a associação de seus aplausos ao pretendido no presente requerimento.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1972.

(a) Paulo Poli

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 159-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a enquadrar no nível 23 do Quadro Próprio do Magistério Estadual os Diretores de Estabelecimentos Oficiais de Ensino Primário que estejam na função há mais de três anos e preencham os requisitos de habilitação exigidos por lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1.972.

(a) Cândido Martins de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

Não é preciso ser educador ou pedagogo para avaliar a importância de uma Diretoria de Estabelecimento de Ensino no desenvolvimento dos trabalhos de uma Escola. Além dos requisitos exigidos para o professor perfeito, deve a Diretoria preencher outros tantos, como capacidade administrativa, espírito de organização, liderança natural, a par de um amor desmedido às crianças que tem sob sua guarda e um devotamento total à sua escola e às professoras que sob seu comando trabalham. E são esses postos de verdadeiro sacrifício destinados, em regra geral às mestras mais antigas, testadas na arte de ensinar e de comprovada disposição para a função mais espinhosa na escala administrativa-educacional. Se o seu trabalho sempre foi difícil, espinhoso e delicado, hoje, mais do que nunca, no instante que se deseja implantar a reforma do ensino em todo o Brasil, ele avulta sobremaneira, uma vez que sobre os ombros da Diretoria da Escola foi atirada a responsabilidade de estudar, planejar e implantar, gradativamente, as mudanças previstas em Lei. Com vistas a esse trabalho, os órgãos educacionais do Paraná criaram uma série de atrativos financeiros e melhorias salariais às professoras que se integram no processo de reforma e, habilitadas de acordo com as normas legais, venham a exercer suas atividades em Grupos Escolares onde o Ensino Fundamental de Primeiro Grau esteja sendo implantado. Esqueceu-se, entretanto, injustificadamente, a principal figura da estrutura escolar, a Diretoria do Estabelecimento. Percebem elas, além dos desatualizados vencimentos correspondentes ao seu padrão de professora de nível primário, uma irrisória gratificação de função prevista na legislação vigente.

Assim sendo e entendo que esta Assembléia Legislativa pode e deve, através de Projetos de Lei, tentar corrigir desnveis e auxiliar o Poder Executivo em sua tarefa de estruturar o seu Quadro de funcionalismo, de merecer a recompensar aos seus integrantes com justiça e aqüidade, esperamos que este Plano de Lei, venha merecer o indispensável apoio dos Senhores Deputados.

Projeto de Lei n. 160-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, DIACONIA, sociedade civil, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1.972.

(a) Borsari Neto

JUSTIFICATIVA:

Diaconia é uma sociedade civil, com sede e foro na cidade de Rio de Janeiro, que tem uma finalidade servir ao povo brasileiro participando do processo do seu desenvolvimento mediante projetos de auto-ajuda, de desenvolvimento comunitário e de bem estar social.

A entidade preenche plenamente os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, conforme se comprova com a documentação anexa.

Por outro lado, vem desenvolvendo em nosso Estado ampla atividade no setor de assistência social, como bem atestam os documentos firmados pelos órgãos que atuam nesse campo, que também vão inclusos.

Projeto de Lei n. 161-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Tradicionalista "GRALHA AZUL", com sede e foro na cidade de Curitiba, a rua Itacolomi, 540, Vila Leão no bairro do Portão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1.972.

(a) Borsari Neto

JUSTIFICATIVA:

A Associação Tradicionalista "GRALHA AZUL", tem por fim pesquisar, coletar, registrar e interpretar o folclore brasileiro nos seus mais variados aspectos visando a cultura e ao mesmo tempo promovendo e estimulando o desenvolvimento cultural e artístico, principalmente sobre o folclore e artes populares em todos os campos.

A referida Associação é uma entidade fundada em 1969, por tempo indeterminado, como Sociedade Civil e pelo alto sentido a que se destina apresentamos o presente Projeto de Lei com o objetivo de ser declarada de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Poli, primeiro orador inscrito.

Tendo declinado da palavra o Sr. Deputado Paulo Poli, e não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 240-69, declara de Utilidade Pública, a Associação dos funcionários do Departamento de Rendas Internas do Estado do Paraná, com sede nesta Capital. **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 189-71, acresce ao artigo 140 da Lei n. 6.174, o inciso que especifica. **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 287-71, autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal, a viúva de Stazir de Souza Oliveira, cabo da P.M.E., falecido no cumprimento do dever.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 14-72, dá nova redação ao art. 1.º da Lei n. 4.980, de 7-12-64, que declarou de Utilidade Pública o Asilo São Luiz. **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 15-72, dispondo sobre a participação do Estado, junto com o Governo Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentos — (COBAL), com o Município de Curitiba e outros, da constituição de uma Sociedade de Economia Mista com finalidade de explorar Centrais de Abastecimento como específica. **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 26-72, declara de Utilidade Pública a Associação dos Economistas do Paraná, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 114-72, autoriza o Poder Executivo a conceder o título de "Cidadão Benemérito do Paraná", a Sua Excelência Reverendíssima Dom Jaime Coelho, Bispo da cidade de Maringá. **Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 1-71, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, dá nova redação ao artigo 1.º da Resolução n. 2-66, de outubro de 1966. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 177-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual, em Santa Cecília do Pavão, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. **COM EMENDA SUBSTITUTIVA.** **Aprovado com emenda.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 28-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, criando uma Escola Normal Colegial no Município de Indianópolis. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 136-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo, a criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, o Curso de Ensino Normal Colegial, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. **COM EMENDA SUBSTITUTIVA.** **Aprovado com emenda.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 157-71, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, a criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul, localizado na sede do Município do mesmo nome e jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 219-71, de autoria do Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social (SOLEAS). Parecer favorável da C.C.J. **COM SUBSTITUTIVO.** **Aprovado com substitutivo, artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 238-71, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública, a Associação Profissional dos Lustradores de Calçados, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 27-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 6-72, encaminhando anteprojeto de Lei, que visa fazer reverter ao Patrimônio do Município de Paranaguá área de terras que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.I.C. **Aprovado artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 55-72, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Associação Paranaense de Ensino, desta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** **Aprovado artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 76-72, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal correspondente a um terço (1/3) da parte fixa dos respectivos subsídios às viúvas dos suplentes de Deputado Estadual como específica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 127-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 38-72, encaminhando anteprojeto de Lei que eleva os vencimentos dos Cargos Efetivos e em Comissão e as Funções Gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, ainda, os do Tribunal de Contas e dos Integrantes da Polícia Militar do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. ao Projeto. Emendas com parecer CONTRARIO da C.F. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para discutir).

Sr. Presidente e nobres srs. Deputados.

Compreendo muito bem — e ninguém melhor do que eu já exerci as árduas funções de Líder nesta Casa — que, muitas vezes, o Líder do Governo Obriga-se a dar apoioamento a determinadas Mensagens do Executivo, que nem sempre auscultam o interesse da maioria do povo paranaense, e que muitas vezes também o Líder do Governo, embora a contra gosto, embora com o coração nas mãos é obrigado a negar apoioamento a determinadas Emendas aprovadas nas Comissões Permanentes e apostas às Mensagens Governamentais, pelos srs. Deputados; e eu soube, contristado, há poucos instantes, que a liderança do Governo nesta Casa, através do nobre Deputado João Mansur irá negar apoioamento às Emendas que o oferecemos à Mensagem do Governo, que majora o vencimento do funcionalismo público do Estado.

Não preciso argumentar com outros dados, senão aqueles que justificam a nossa Emenda. Por isso me permitiria a Casa — embora conheça sobejamente — mas, permitiria a Casa que eu procedesse novamente a leitura da Emenda e da Justificativa, porque talvez, dessa leitura possamos mudar o pensamento do líder nesta Casa, talvez o Sr. Líder do Governo, sensível aos argumentos que usamos na nossa Emenda proteja a votação da Matéria a fim de que, consultando novamente Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, possa dar guarida e apoioamento àquelas Emendas que são sobretudo humanas; uma visa antecipar a vigência do aumento, de 1.º de Outubro para 1.º de agosto, a fim de que o funcionalismo público do Estado não descapitalize mais os seus vencimentos que já são, por natureza, baixos; e a segunda, esta foi de maior justiça, e eu não sei porque o Sr. Governador do Estado deu instruções à sua liderança nesta Casa, para que a rejeitasse. É apenas uma questão de justiça — é equiparando os funcionários dos Poderes Executivo e Legislativo, ao Poder Judiciário que teve um aumento de 24%, quando a Mensagem do Governo propõe ao funcionalismo do Poder Executivo e do Poder Legislativo apenas 20%.

Basta o cotejamento das tabelas do abono de 12% e das tabelas atuais — somando-se as duas, verificar-se-á que dá 24 vírgula e alguma coisa por cento.

Portanto o que pretendemos com a Mensagem tão bem acolhida pela Comissão de Justiça através de seus ilustres membros é apenas a comparação e nunca, privilégios!

A nossa Emenda diz o seguinte: (Lê a Emenda e Justificativa).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Isto é evidente. Não há, como eu acho que a Liderança do Governo não tem argumentos para objetar a nossa afirmativa.

Portanto, Sr. Presidente, eminente Líder do Governo nobre Deputado João Mansur, a nossa justificativa diz por si só da justiça da Emenda que já não é nossa, é da própria Comissão de Constituição e Justiça, porque nós comprovamos que as tabelas de 1 a 4 e a de número 5 também contêm no seu bojo um aumento que somado com o que foi concedido pela Lei sancionada pelo Chefe do Executivo em maio do corrente ano, com um aumento de cerca de 25%, e para os mesmos funcionários do Poder Legislativo e do Poder Executivo, apenas 20%. Nós não entendemos como do porque desta discriminação. Nós não estamos pedindo favor aqui ao Governo do Estado. Nós estamos fazendo um apelo à Liderança do Governo nesta Casa para

que proteja a votação desta matéria por mais uma sessão para que o chefe do Poder Executivo examine essa distorção que a meu ver foi um engano, passou despercebida ao Chefe do Poder Executivo que nós consideramos um homem de bem, o Paraná tem um Governador honesto, que não aceita pressões de qualquer natureza, partam de onde partir. É um homem que orgulha o Paraná porque é um paranaense nato, representa a verdadeira alma do paranaense, não é possível que ele concorde numa injustiça dessa. Eu tenho certeza absoluta de que o Sr. Governador não se apercebeu disso. Porque é muito fácil, o Líder do Governo chegar aqui e dizer: o Governo não quer a Emenda, vamos rejeitar a Emenda. Esta certo, uma Emenda antecipando a vigência isto ainda eu concordo que seja rejeitada. Porque eu não conheço a real situação do Tesouro Geral do Estado, não sei se o Estado tem condições de pagar a partir de agosto, porque já está vencido, ou a partir de setembro a vencer-se.

Talvez o planejamento da Secretaria da Fazenda só comporte este aumento ou realmente haja um encaixe no caixa do Tesouro Geral do Estado a partir de outubro. Ai eu não discuto, até sou capaz de retirar a minha emenda de antecipação. Mas dá licença, nobre Líder do Governo, o Governador concordar com que os funcionários do Poder Judiciário recebam mais que o Poder Legislativo e o Poder Executivo, não está direito, não está justo.

Estão aqui as tabelas, é só pegar um lápis.

Dois mais dois são quatro. Sempre aprendi isso, nunca vi, dois mais dois ser 4 e meio. E doze mais oito ser 25. Infelizmente, 12 em maio com 8 agora para o funcionalismo do Poder Executivo e do Poder Legislativo somam 20%. E para os funcionários do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas somam 25%. Esta matemática está errada.

Não que eu esteja achando que o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário estejam ganhando demais, pelo contrário, acho até pouco estes 25% devido ao grande espaço que decorreu do último aumento, a descapitalização que houve no vencimento do servidor.

Acho que está perfeitamente justo os 25%, mas deve ser para os outros também; Isso vem corroborar aquela nossa tese de que o privilégio não deve existir a ninguém.

Deve-se distribuir justiça equanimente para que não haja por parte do povo ou por parte do próprio funcionalismo do Estado, nenhuma acusação contra os membros deste Poder.

Portanto, nobre líder do Governo, é o apelo que faço a V. Exa., para transferir a votação da matéria e levar a nossa argumentação ao Sr. Governador. Talvez isto convença a S. Exa. de que há um erro, de que há um lapso, de que há uma distorção, nas tabelas de um a quatro e as de número cinco, com relação aos vencimentos do funcionalismo do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para discutir, ao Deputado Sebastião Rodrigues Jr.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O MDB não poderia deixar passar sem a sua palavra, a discussão da Emenda de autoria do Deputado Erondy Silvério, ao projeto governamental de aumento ao funcionalismo público.

Isto porque, por ocasião do abono que o Governo do Estado concedeu ao funcionalismo, nós nos manifestávamos desta Tribuna a favor do critério do abono, e procuramos esclarecer aos funcionários que era um critério justo, porque se destinava à antecipação semestral do aumento. Entendia, entretanto, naquela época que o critério seria justo se após seis meses se concedesse um aumento definitivo.

Ora, sr. Presidente, todas as categorias de assalariados deste País, o funcionalismo público da União e dos demais Estados da Federação, tem os seus vencimentos revistos anualmente, encontramos no Estado do Paraná esta anomalia: não existe época certa para a revisão dos vencimentos do funcionalismo público do Estado. Se dá o aumento, decorrido um ano, como se dá o aumento decorrido um ano e seis meses. É evidente que o custo de vida sobe mensalmente e que o Governo Federal já adotou para o funcionalismo da União uma forma de correção anual de seus vencimentos. Pelo que vejo aqui quando se concede o aumento em agosto de 71 e se procura conceder o outro, apenas a partir de outubro de 72, sou obrigado a ter como verdade que o Governo, em dificuldade financeira, procura financiamento para as suas dificuldades, no sacrifício do funcionalismo que o serve; é o critério que eu reputo, sr. Presidente, sem querer me exceder, reputo um critério desonesto. Porque é a exploração daquele que vive de seus vencimentos. O critério que no entendimento do Movimento Democrático Brasileiro o Governo deveria ter adotado e era assim que nós entendíamos quando aqui se votou o abono: é que o vencimento do funcionalismo público do Estado seria revisto anualmente.

Portanto, quero neste momento hipotecar a solidariedade da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, à Emenda que o Deputado Erondy Silvério após à Mensagem Governamental, nos seus dois aspectos. Porque também nós não entendemos por que o Servidor do Poder Judiciário vai ter um índice percentual de aumento, superior ao funcionalismo da Assembleia e ao próprio funcionalismo do Poder Executivo. É uma discriminação que não encontramos justificativa, para ela. Atribuímos, como o fez o Deputado que nos antecedeu, a um equívoco, a um erro do Poder Executivo, na feitura da Mensagem de aumento. Porque não podemos crer que deliberadamente se tratasse de forma discriminatória a duas categorias de servidores do Estado do Paraná: aquele que serve ao Poder Executivo, aquele que serve ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo. É um tratamento discriminatório que justifica plenamente a pretensão do aumento da emenda de que o matéria fosse retirada por uma ou duas Sessões, para que o Governo do Estado tivesse outra vez, oportunidade de examinar o assunto e quem sabe, corrigir a anomalia constante da sua Mensagem, ora em votação.

Mas, o que lamento, sobretudo é que eu entendia que se havia inaugurado um critério que passaria a ser adotado de acordo com a observância rigorosa de seus termos, para o exame anual do aumento do funcionalismo público. Entendia que o Sr. Governador Parigot de Souza mandaria sempre a esta Casa, decorrido um ano, do último aumento, proposta, para o novo aumento e que além dessa proposta de aprovação anual, de aumento

de vencimentos do funcionalismo, semestralmente viria ainda um projeto de abono, a fim de corrigir semestralmente, a desvalorização dos vencimentos do funcionalismo público. Desta forma por exemplo, teríamos em agosto, aumento de vencimentos; em fevereiro, abono, por conta da desvalorização da moeda, correspondente ao período de agosto a fevereiro, para que em agosto fosse concedido novo aumento. (Porque não se estabelecer um critério definitivo para o tratamento de problemas de tamanho sentido humano, como é do vencimento do funcionalismo público.

Se o Estado tem dificuldades financeiras, creio que até por consideração humana, deveria procurar a solução de seus problemas financeiros fora do servidor público. Não quero crer que o Estado tenha necessidade de tirar dois meses de aumento do funcionalismo para melhorar o seu encaixe. Até aí não posso concordar com o Poder Executivo, data vênica, máxima, S. Exa. há de me permitir. Tenho vindo a esta Tribuna elogiar o procedimento do Governador do Estado. Reconheço repito e repetirei, que o Paraná tem à testa do Governo um homem honrado e bem intencionado, mas o projeto de aumento do funcionalismo público é um projeto que considero capcioso, que explora na verdade o funcionalismo público deste Estado em dois meses de aumento.

Não creio que o Governo do Estado precise do sofrimento e da miséria do servidor, já tão mal pago, para melhorar a situação financeira do Estado.

Está se pedindo justiça porque o funcionalismo público da União, porque toda a categoria de assalariados deste País tem anualmente revisto o teto de seus vencimentos e apenas o funcionalismo público do Estado não o tem.

Disse que aceito isto, que a vocação do atual Chefe do Executivo é a de planejar. Mas não posso ver planejamento nisto. Vejo neste projeto de aumento improvisações e não se procura estabelecer um critério a ser seguido nos anos futuros. É lamentável esta situação e com ela não concordamos.

Pensávamos que S. Exa. introduziria um critério que seria observado criteriosamente daqui por diante, na Mensagem de tamanha importância para o servidor público.

Vota a Bancada do MDB com a Emenda proposta pelo Deputado Erondy Silvério...

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Poderia me informar se a Emenda tem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Não posso informar a V. Exa. Mas, independente do parecer favorável da Comissão, quero esclarecer que estou dando o meu parecer, bem como da Bancada do CDB. É a opinião de nossa Bancada.

O sr. Erondy Silvério — V. Sxa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de responder em lugar de V. Exa., se me permite que a Comissão de Constituição e Justiça aprovou a Emenda por unanimidade. Não sei quanto à Comissão de Finanças, mas na Comissão de Constituição e Justiça foi por unanimidade.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Agradeço e sei onde o nobre Líder do Governo quer chegar, ao aspecto do aumento de despesas, que não teríamos condições de interferir nisto. Não estou criticando, não querendo arrancar uma solução contrária à lei. Queríamos que o Governo retirasse e devolvesse com as correções. Não estava pretendendo que se votasse algo contra a Constituição, mas não posso deixar passar em brancas nuvens porque se mandou um projeto para conceder um aumento em ano e dois meses após o último aumento, tirando-se dois meses de aumento para melhorar as finanças do Estado.

Estou fazendo a análise política da matéria e prejuízo legal, se existir, será contornado porque os aumentos de despesas dependem de proposta do Executivo e é preciso que fique claro que a Casa não concederá os dois meses porque está impedida de fazê-lo. A responsabilidade cabe ao Executivo que poderia retirar e devolver com as correções necessárias, sem tratar discriminadamente os funcionários do Executivo e do Legislativo em relação aos funcionários do Judiciário. Não somos contra o que ganham os funcionários do Judiciário, mas nós entendemos que os do Legislativo e do Executivo venham a ganhar menos.

Por que um aumento maior do que o outro? Isso é inexplicável e o povo do Paraná não pode compreender. Acredito mesmo que foi um equívoco, um erro. Portanto, mais um motivo para que essa matéria fosse retirada da Ordem do Dia e devolvida ao Exmo. Sr. Chefe do Poder Executivo para as devidas correções.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. não me deixou concluir o aparte. Não quero, nem pretendo, que V. Exa. altere o seu pensamento. Apenas perguntei se as emendas tinham parecer, favorável ou contrário. Mas afirmo que sou favorável, e isto não é bandeira da ARENA ou do MDB nem de nenhum sr. Deputado. Porque todos somos favoráveis, todos reconhecemos que o funcionalismo ganha pouco, não ganha o necessário para sua sobrevivência. Mas, V. Exa. é bacharel e entende de leis melhor do que eu que sou um simples roceiro, e sabe que aumento de despesa é prerrogativa do Sr. Governador e não desta Casa. E se a Assembleia insistir em votar essas emendas, acabaremos prejudicando o funcionalismo público. Porque, na intenção de querermos ajudar nós estaremos protegendo o aumento que deveria ser a partir de outubro, como está previsto.

Mas, para que V. Exa. verifique, mais uma vez, as boas intenções da Bancada da ARENA e que jamais fomos contra o aumento do funcionalismo público, já se encontra sobre a Mesa um Requerimento de nossa autoria pedindo a retirada do Projeto por duas Sessões. E pretendemos levar a Mensagem ao Sr. Chefe do Poder Executivo e com ela a apreensão de todos os srs. Deputados porque, como já disse, essa bandeira não é de ninguém, é de todos nós. E S. Exa., o sr. Governador sabe da situação do funcionalismo do Estado, como também sabe da situação financeira do Estado, se pode, ou não, pagar.

De modo que já encontra sobre a Mesa Requerimento nesse sentido; e pretendemos dialogar com S. Exa., o Sr. Governador a esse respeito.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Agradeço o aparte de V. Exa. E, simplesmente, gostaria de consignar que entendi perfeitamente a per-

gunta de V. Exa. quanto ao problema do parecer das Comissões. Mas, seria preciso que fosse caracterizada de quem é a responsabilidade. E isso não é responsabilidade deste Poder. cabe ao Executivo tomar medidas necessárias para correção das tabelas.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Lamento interrompê-lo em seu brilhante discurso. Mas, não poderia deixar passar em branco, este instante em que o Líder do Governo, nesta Casa, mostrou uma grande sensibilidade para esse problema. A maioria dos srs. Deputados é favorável a um aumento maior para os funcionários, mas sem que isso leve o Governo a uma situação de insolvência. Não sabemos, realmente, da situação financeira do Estado. O Orçamento apenas fixa despesas e estima a receita. Não sabemos se a receita está se comportando devidamente; se o Governo tem condições de atender o teor de nossa emenda.

Mas, o simples fato do Líder do Governo admitir que se protele a votação dessa Mensagem e que a mesma volte ao Chefe do Poder Executivo, levando, juntamente, o nosso apelo o apelo que somos portadores, da aflição do funcionalismo público, procurando sensibilizar ao sr. Chefe do Poder Executivo, somente isso credencia o nobre Líder do Governo perante toda esta Assembléia Legislativa.

Portanto, quero cumprimentar o nobre Deputado João Mansur que demonstrou boa vontade para com o funcionalismo do Estado.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JR. — Uno aos cumprimentos de V. Exa. os cumprimentos da Bancada do MDB. Há de ficar caracterizada, ao final, a responsabilidade do Poder Executivo e do Poder Legislativo. A nossa parte, o nosso dever foi cumprido e esperamos que o Sr. Governador do Estado tenha sensibilidade para corrigir as distorções do Projeto encaminhado a esta Casa. Não acredito na falta de recursos do Tesouro do Estado para cumprimento dessa obrigação. O próprio Secretário da Fazenda, em palestra proferida neste Plenário, ressaltou que nunca se arrecadou tanto como ocorreu no princípio deste ano, com as vendas antecipadas do estoque de café.

É preciso, portanto, que o Sr. Governador reexamine o assunto. Não estamos querendo agradar ao funcionalismo, mas simplesmente procurando dar o mesmo tratamento aos diversos funcionários dos Poderes do Estado e também procurando, que o critério da revisão dos vencimentos se processe anualmente.

Esse simplesmente é o nosso ponto de vista e não entendemos porque — já é um ponto de vista consagrado em outros Estados e na própria União — não é adotado no Estado do Paraná.

Ficam com o Líder do Governo os cumprimentos da Bancada do MDB pela decisão de levar novamente ao Governador do Estado as reivindicações do funcionalismo, feitas através da Tribuna desta Casa.

Há de ficar, ao final, caracterizada a responsabilidade de cada um no encaminhamento de tão importante matéria. O povo paranaense poderá julgar o comportamento de todos que têm responsabilidade na decisão e resolução final do assunto.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, com relação ao Projeto de Lei n. 127-72, solicitando o adiamento por duas sessões do referido Projeto. Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154-70, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Francisco Beltrão, com jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

Projeto de Lei N. 154-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Circunscrição de Trânsito de Francisco Beltrão com jurisdição sobre os Municípios de Francisco Beltrão, Marmeleiro, Eneas Marques, Salto do Lontra, Ampere, Santa Izabel D'Oeste, Realeza e Salgado Filho.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de julho de 1970.

a) — Dep. Ivo Tomazoni

JUSTIFICATIVA:

O Sudoeste do Paraná cresce em ritmo vertiginoso. Com o desenvolvimento aumenta o número de veículos e os problemas de trânsito. A região é vasta e inúmeros são os inconvenientes que devem enfrentar os possuidores de carros bem como outros problemas afetos ao trânsito.

Com o presente projeto de Lei visamos apenas trazer benefícios para uma extensa região como é a que propomos no presente plano de lei. Cremos que merecerá a atenção e a aprovação dos senhores Deputados.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER ao Projeto de Lei n.º 154-70

AUTOR: Deputado Ivo Tomazoni

SUMULA: Cria uma Circunscrição de Trânsito em Francisco Beltrão jurisdição nos municípios de Marmeleiro, Eneas Marques, Salto do Lontra, Ampere, Santa Izabel D'Oeste, Realeza e Salgado Filho.

O Projeto vem articulado e justificado, de acordo com o que determina o Regimento Interno.

Por outro lado, não fere qualquer dispositivo, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Quanto à sua oportunidade nada há a opor.

Portanto, somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1970.

aa) Emilio Carazzai — Presidente

Roberto Galvani — Relator

Paulo Poli

Ivo Tomazoni

Luiz Roberto Malucelli

Ilegível

PARECER ao Projeto de Lei n.º 154-70

Matérias idênticas a esta, tem merecido por parte desta Comissão, parecer favorável, razão pela qual também opinamos por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 8 de outubro de 1970.

aa) Roberto Galvani — Presidente

João Mansur — Relator

Roberto Wypych

Ivo Tomazoni

Comissão de Polícia

PARECER ao Projeto de Lei n.º 154-70

1) — O Projeto visa a criar uma Circunscrição de Trânsito em Francisco Beltrão, com jurisdição em Marmeleiro, Eneas Marques, Salto do Lontra, Ampere, Santa Izabel D'Oeste, Realeza e Salgado Filho.

2) — Nada a obstar à meritória iniciativa do ilustre Deputado Ivo Thomazoni.

3) — Opinamos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) Aginaldo Pereira Lima — Presidente

Antonio Maciel — Relator

Antonio Belinatti

Paulo Poli

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15-71, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho compreendido entre a ponte do Rio Bom e Pôrto Ubá, da estrada de Jandaia do Sul a Ivaiporã, passando pelos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 15-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferido ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho compreendido entre a ponte do Rio Bom e Pôrto Ubá, da estrada Jandaia do Sul a Ivaiporã, passando pelos Municípios de Marumbi, Kaloré, Borrazópolis e Jardim Alegre.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1971.

a) Deputado Gilberto Rezende de Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de vasta e rica região, que necessita de melhoramento em suas rodovias, a fim de permitir bom e rápido escoamento da produção não só dos Municípios mencionados, como também dos adjacentes aos mesmos, além de oferecer ainda, perfeitas condições ao grande trânsito em demanda à BR-369.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N.º 15-71

AUTOR: Dep. Gilberto Rezende de Carvalho

SUMULA: Transfere ao DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho compreendido entre a ponte do Rio Bom e Pôrto Ubá, da estrada de Jandaia do Sul a Ivaiporã, passando pelos Municípios que especifica.

PARECER

1) — O nobre Deputado Gilberto Rezende de Carvalho, é o autor da presente proposta de lei que visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, o trecho compreendido entre a ponte do Rio Bom e Pôrto Ubá, da estrada Jandaia do Sul a Ivaiporã, passando pelos Municípios de Marumbi, Kaloré, Borrazópolis e Jardim Alegre.

2) — Nada temos a opor quanto a legalidade do projeto, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, sub censura.

Sala das Comissões, em... de junho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Igo Lesso — Cândido Martins de Oliveira — Muggiati Filho — Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n. 15-71

A justificativa nos convence da necessidade da medida pleiteada. No orçamento Geral do Estado, no programa destinado a atender encargos de conservação de Rodovias através do D.E.R., existe verba, para o atendimento. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Santos Lima — Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER Ao Projeto de Lei n. 15-71

O objetivo do presente Projeto de Lei, subscrito pelo nobre Deputado Gilberto Rezende de Carvalho, é transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem — DER, para fins de conservação, o trecho compreendido entre a ponte do Rio Bom e Pôrto Ubá, da estrada Jandaia do Sul a Ivaiporã, passando pelos Municípios de Marumbi, Kaloré, Borrazópolis e Jardim Alegre.

Pelas próprias razões da justificativa do autor da presente proposição e respeitáveis pronunciamentos da Douta Comissão de Constituição e Justiça e Douta Comissão de Finanças, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em... de maio de 1972.

aa) Borsari Netto — Presidente

Lázaro Dumont — Relator

Hélio Manfrinato — Xenofonte Villanueva — Gabriel Manoel

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 187-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, construir uma ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando os Municípios de Astorga, Munhoz de Melo e Santa Fé. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 187-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma Ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando os Municípios de Astorga, Munhoz de Mello e Santa Fé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em...

a) Quiélse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

Com o presente Plano de Lei, pretendemos a construção de uma Ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando os Municípios de Astorga, Munhoz de Mello e Santa Fé, o que virá, por certo trazer grandes benefícios à região, por facilitar a ligação entre os referidos Municípios.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 187-71

AUTOR: Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a construir uma Ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando Astorga, Munhoz de Mello e Santa Fé.

PARECER

1) — A iniciativa em referência vem articulada e justificada nos termos em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Referido Projeto não apresenta qualquer óbice de ordem constitucional ou legal.

Quanto a sua oportunidade, não merece qualquer contestação.

3) — Assim, pois, somos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Lasso — Emílio Carazzai — Arthur de Souza — Cândido M. de Oliveira e Acyr José.

COMISSÃO DE FINANFAS

PARECER Ao Projeto de Lei n. 187-71

A matéria já veio devidamente justificada. Tratando-se de caráter meramente autorizatório, não nos apresenta nenhum impedimento de ordem financeira, que cabe a esta Comissão analisar.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em... de outubro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Maurício Fruet — Santos Lima

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER Ao Projeto de Lei n. 187-71

Tratam os autos de Projeto de Lei autorizando o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando Astorga, Munhoz de Mello e Santa Fé.

A presente proposição já devidamente articulada, nos convence pela justificativa do autor e Pareceres da Douta Comissão de Constituição e Justiça e da Douta Comissão de Finanças.

Não merecendo qualquer contestação pela sua oportunidade, opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em... de maio de 1972.

aa) Borzari Netto — Presidente

Lázaro Dumont — Relator

Hélio Manfrinato — Xenofonte Villanueva — Gabriel Manoel

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 270-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica denominado "Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco", o atual Ginásio Estadual de Guairaça. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 270-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominado Ginásio "Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco", o atual Ginásio Estadual de Guairaça.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de novembro de 1971.

a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

Os professores, alunos e líderes de Guairaça decidiram prestar uma homenagem ao primeiro presidente revolucionário do Brasil. Essa homenagem é significativa, pois reverencia uma das figuras mais ilustres, cultas e dinâmicas que o país teve após o movimento redentor da Revolução de 1964.

O seu espírito voltado para as grandes causas da Pátria, sua vida dedicada ao culto das letras e à vida militar representam um exemplo à juventude e àqueles que no dia de amanhã dirigirão os destinos da pátria brasileira.

Estas são as razões que nos levam a denominar o Ginásio Estadual de Guairaça de "Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco" que temos a certeza merecerá a aprovação dos nobres pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Ao Projeto de Lei n. 270-71

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: Denomina "Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco", o atual Ginásio Estadual do Município de Guairaça.

PARECER

I — Quanto ao aspecto legal e constitucional, que a esta Comissão é atribuído examinar, nada existe que possa ferir dispositivos vigentes.

II — Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Ovídio Franzoni — Arizone Araújo — Luiz Roberto Soares — Paulo

Camargo — Cândido M. de Oliveira — Santos Lima

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER Ao Projeto de Lei n. 270-71

I — Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, que denomina Ginásio "Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco", o atual Ginásio de Guairaça.

II — Sobre o mesmo, já opinou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

III — A homenagem que se presta, é das mais justas, pois se pretende reverenciar a memória de uma das figuras mais ilustres, cultas e dinâmicas que o país teve após o movimento Revolucionário de 31 de março de 1964.

IV — Pela Justiça de que se reveste o mesmo, somos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em...

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Cândido M. de Oliveira — Relator

Arizone Araújo

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 1-72, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres, do Grupo Escolar Professor Brandão desta Capital. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 1-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres, do Grupo Escolar Professor Brandão, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1972.

a) João Mansur

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Professor Brandão, conforme o Estatuto anexo, é uma sociedade que visa integrar esforços entre Pais e Professores, objetivando toda atividade relacionada a educação da juventude daquele estabelecimento de ensino, proporcionando desse conjunto associativo, adequadas condições para perfeita educação física, intelectual, moral e cívica dos estudantes.

Para o referido plano de Lei, contamos com o apoio dos Senhores Deputados com assento neste Poder Legislativo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 1-72

AUTOR: Dep. João Mansur

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres, do Grupo Escolar Prof. Brandão, com sede nesta Capital.

REQUERIMENTO

Pretende o eminente Líder do Governo e Arena, Deputado João Mansur, pelo presente Projeto da Lei declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres, do Grupo Escolar Prof. Brandão, com sede nesta Capital". Muito embora considerando a nobreza da iniciativa e o grande alcance que se propõe a referida Associação, a mesma não tem seu Estatuto Social devidamente registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas competente.

Da mesma forma, não comprova a documentação anexa ao processo, que a referida entidade encontra-se em funcionamento há mais de um (1) ano conforme determina a Lei que regula a matéria.

Entretanto, pelos relevantes serviços que a referida Associação presta à comunidade, requeiro que, para a apreciação da matéria, o presente Projeto de Lei seja convertido em diligência, a fim de solicitar junto a mencionada entidade a documentação restante exigida pela Lei.

Assim, pois, teremos condições de nos manifestar sobre a Proposição.

Sala das Comissões, em... de abril de 1972

a) Erondy Silvério — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 1-72

AUTOR: Deputado João Mansur

ASSUNTO: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar "Professor Brandão", desta Capital.

PARECER

Cumprida que foi a diligência por nós requerida, verifica-se que a entidade preenche os requisitos exigidos para ser declarada de utilidade pública, daí porque nos pronunciamos favoravelmente à medida preconizada neste Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Basilio Zanusso — Maurício Fruet — Ovídio Franzoni — Cândido M. de Oliveira

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 36-72, de autoria do Dep. Domício Scaramela, que declara de Utilidade Pública, o Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora Aparecida, da cidade de União da Vitória. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 36/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública o "Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora da Aparecida" com sede e fóro na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1972.

a) Dep. Domicio Scaramella.

JUSTIFICATIVA:

O "Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora da Aparecida", é uma entidade jurídica de duração indeterminada, com Estatuto devidamente registrado sob o n.º 42 do livro A-1, do Registro de Títulos e Documentos de União da Vitória.

A referida entidade, constituída como uma Sociedade Civil de Beneficência (tem por fim instalar e manter um Hospital em União da Vitória, com âmbito sobre todo o sul do Estado.

Pelos relevantes serviços assistenciais que presta à comunidade essa benemérita instituição tornar-se, por isso, credora do reconhecimento dos Poderes Públicos. Daí o Projeto que ora submetemos ao estudo e à deliberação da Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 36/72

AUTOR: Dep. Domicio Scaramella

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública, o Hospital de Caridade Nossa Senhora Aparecida, da cidade de União da Vitória.

P A R E C E R

Devidamente conforme as exigências do Regimento Interno e obediente aos princípios legais que regem a matéria, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Paulo Camargo

Igo Losso

Muggiati Filho

Cândido Martins de Oliveira

Erandy Silvério

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 30/72, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar à União, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital e com as confrontações que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGER 30/72

Curitiba, 10 de julho de 1972

PROJETO DE LEI N.º 116/72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar à União, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, e com as confrontações que especifica.

A medida consubstanciada no Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa, constitui-se num importante e decisivo passo com vistas a ensejar as necessárias condições no sentido da ampliação do ensino técnico profissionalizante a cargo do Ministério da Educação e Cultura, através da Escola Técnica Federal do Paraná. Trata-se, segundo esclarece o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura em expediente que encaminhou a este Poder Executivo, da implantação, na referida Escola Técnica, de Cursos de Engenharia Operacional, fato que, em si mesmo, plenamente justifica a doação objetivada e ressalta o elevado interesse público na sua efetivação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, confrontando-se com a referida Avenida por 74,50m, com a Rua Marechal Floriano Peixoto por 22,47m, pelo lateral esquerdo com imóvel do Estado do Paraná ocupado pela União, por uma linha reta seca de 40,00m e nos fundos com imóvel da União e do Estado do Paraná ocupado pela União por 3 fragmentos de linha reta seca, medindo 55,00m, 17,00m e 20,50m respectivamente. O bem imóvel de que trata a presente Lei foi havido pelo Estado do Paraná por força da transcrição 16.808, fls. 69 do livro 3-I, do Cartório do Registro de Imóveis da 1a. Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado na construção de Estabelecimento de Ensino, no prazo de dois anos, contados da data da publicação da presente lei, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 116/72

AUTOR: Poder Executivo

SÚMULA: Mensagem n.º 30/72 encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à União um imóvel de propriedade do Estado do Paraná.

PARECER

Verifica-se que o Exmo. Sr. Governador deseja com esta doação, dar apoio a construção de nova Escola de Engenharia Operacional sob o patrocínio do Ministério de Educação e Cultura.

Nada há legalmente que se oponha a presente mensagem governamental. Em face das razões expendidas, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões em 15 de agosto de 1972

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Igo Losso — Relator

Emílio Carazzai

Borsari Netto

Paulo Camargo

Erandy Silvério

Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 116/72

PARECER

Trata-se de assunto da mais alta relevância, a que o Estado não se pode furar no cumprimento de dever elementar, que é o de colaborar para que se ampliem cursos profissionais da natureza do que será propiciado pela Escola Técnica Federal.

O art. 2.º — ressalva ao Estado do direito de tomar posse do imóvel caso não venha a se efetivar a construção dentro de dois anos.

Somos pois, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972

aa) — Fuad Nacli — Presidente

Antônio Lopes Junior — Relator

Odilon Reinhardt

Jorge Sato.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 144/72. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Srs. Deputados para representarem esta Assembléia, nas comemorações alusivas ao 149.º aniversário de fundação de Ponta Grossa. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos à ação meritória que marca a presença dos ilustres e prestigiados titulares da Secretaria de Segurança Pública e Polícia Civil do Estado, respectivamente General Mário Carneiro Fortes e Dr. Antônio Lopes Noronha, pela solução de um problema, qual o do desolador desaparecimento de suas Delegacias Policiais com os naturais e consequentes malefícios dele decorrentes. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de Redação Final, ao Projeto de Resolução n.º 25/72 — **Aprovado**

Esta Presidência solicita o comparecimento de todos os Srs. Deputados na Sala das Comissões, para uma reunião das duas Bancadas, por solicitação das lideranças.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, sexta-feira, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 25/72 e do Projeto de Lei n.º 47/72

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 219-71, 238-71, 27-72, 55-72 e 76-72.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 154-70, 15-71, 187-71, 270-71, 1-72, 36-72 e 116-72.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 280-71, 251-71, 87-72 e 117-72 Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 251/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

designar Wilson Kaiel, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Regime Legal, do Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, em substituição a seu titular, durante o mês de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 4 de setembro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 252/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.797, de 30 de agosto de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a José Antonio Mainguê, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.970, a partir de 04 de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de setembro de 1.972

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 253/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

designar Mario Augusto Guerra, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista, no Gabinete da Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de setembro de 1.972

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 254/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.912, de 04 de setembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

Lotar, Hamilton Marcondes, ora à disposição deste Poder, no Gabinete da Presidência, ficando designado para exercer as funções de Motorista, a partir de 20 de agosto de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de setembro de 1.972

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO
7ª LEGISLATURA — 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 23ª. REUNIAO ORDINARIA

Aos doze dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Basílio Zanusso apresentou Reação Final aos seguintes Processos: PROJETO DE LEI N.º 240/63 — autor Deputado Abrahão Miguel, que declara de utilidade pública a Associação dos Funcionários do Departamento de Rendas Internas do Estado do Paraná. PROJETO DE LEI N.º 189/71 — autor Deputado Borsari Neto, que acresce ao artigo 140, da Lei n.º 6.174, o item IV, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 287/71 — autor Deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal à viúva de Stazir de Souza Oliveira, cabo da P.M.E., falecido no cumprimento do dever. PROJETO DE LEI N.º 14/72 — autor Deputado Erondy Silvério, que dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 4.980, de 7-12-64, que declarou de utilidade pública o Asilo São Luiz. PROJETO DE LEI N.º 15/72 — autor Poder Executivo — Mensagem n.º 4/72, dispondo sobre a participação do Estado juntamente com o Governo Federal através da Comp. Brasileira de Alimentos — COBAL, com o Mun. de Curitiba e outros, constituição de uma sociedade de economia mista com a finalidade de explorar centrais de abastecimentos como especifica. PROJETO DE LEI N.º 26/72 — autor Deputado Arthur de Souza, que declara de utilidade pública a Associação dos Economistas do Paraná, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 112/72 — autor Poder Executivo — Mensagem n.º 29/72, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao Orçamento do Estado, para despesas com a constituição do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN. PROJETO DE LEI N.º 114/72 — autor Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo a conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná, à sua Excelência Reverendíssima Dom Jaime Luiz Coelho, Bispo de Maringá. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais

- a) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
a) Lélcio Guimarães Sotó-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 240/63

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Funcionários do Departamento de Rendas Internas do Estado do Paraná, com sede nesta Capital.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-09-72

- aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 189/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. O artigo 140, da Lei n.º 6.174, fica acrescido do inciso:

IV — Com idênticas vantagens, quando um cargo ou função tenha sido exercido pelo mínimo de 2 (dois) anos ininterruptos, independente do implemento temporal de que trata o inciso III, desde que, à época da aposentadoria esteja em exercício do cargo ou função.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-09-72

- aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 287/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal à viúva do cabo da Polícia Militar do Estado, Stazir de Souza Oliveira, falecido no cumprimento do dever.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-09-72

- aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 14/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. O artigo 1.º da Lei n.º 4.980, de 7 de dezembro de 1.964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública o Lar dos Meninos de São Luiz, desta Capital”.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-09-72

- aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 15/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a participar, juntamente com a União Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL,

com o Município de Curitiba e outros, da Central de Abastecimento do Paraná S/A — CEAPAR, sociedade de economia mista constituída com a finalidade de implantar, construir, explorar e administrar, na Capital do Estado e no interior, centrais de abastecimento destinadas a operar como um centro peralizador e coordenador do abastecimento de gêneros alimentícios e incentivador da produção agrícola.

Art. 2.º. A participação do Estado no capital inicial da CEAPAR e nos posteriores aumentos será procedida em comum acordo com a União Federal, através da COBAL e com a Prefeitura de Curitiba.

Parágrafo único — A participação do Estado no capital inicial será de até Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), mediante a transferência de ações subscritas por entidades da administração indireta.

Art. 3.º. A CEAPAR reger-se-á pelas normas estabelecidas em sua Constituição, dentre as quais obrigatoriamente sempre constarão:

- a) que a integralização do capital inicial e seus posteriores aumentos possa ser realizada, em dinheiro em bens ou outros valores suscetíveis de avaliação, pertinentes ao empreendimento;
- b) que no capital final da sociedade nenhum acionista deterá número de ações superior a 50% (cinquenta por cento) do capital, estabelecendo-se, em comum acordo entre os acionistas, a época oportuna para a consecução dessa proporcionalidade;
- c) que caso qualquer dos acionistas venha a ser compelido a honrar garantias dadas em operações financeiras contratadas pela sociedade, o crédito então resultante será convertido em ações.

Art. 4.º. A CEAPAR será administrada na forma estabelecida em seus Estatutos.

Art. 5.º. Fica o Poder Executivo autorizado a garantir as operações financeiras que, para a implantação do empreendimento, a Sociedade veja-se na contingência de realizar, inclusive caucionando quotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Art. 6.º. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 7.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-09-72

- aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 26/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Economistas do Paraná, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-09-72

- aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 112/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.253, de 3 de dezembro de 1.971, para atender despesas com a constituição do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN criado pela Lei n.º 6.264, de 10 de janeiro de 1.972, de acordo com a seguinte especificação:

ÓRGÃO PRINCIPAL: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA: ORIENTAÇÃO E CONTROLE DO TRÂNSITO

UNIDADE EXECUTORA: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

DOTAÇÃO: 72 — 2.6 — 43 — 02 — 0

4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL

4.2.0.0 — INVERSOES FINANCEIRAS

4.2.4.0 — CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS ROTATIVOS Cr\$ 7.500.000,00

Art. 2.º. Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, conforme prescreve o artigo 43, parágrafo 1.º, item III da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância no Orçamento Geral do Estado, na Dotação do Programa abaixo discriminado:

ÓRGÃO PRINCIPAL: SECRETARIA DA FAZENDA — ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

UNIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA — ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

DOTAÇÃO — 72 — 0.9 — 90 — 10 — 0

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.6.0 — RESERVA DE CONTINGÊNCIA Cr\$ 7.500.000,00

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-09-72

- aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 114/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná à sua Excelência Reverendíssima DOM JAIME LUIZ COELHO, Bispo de Maringá.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-09-72

- aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores